
ATA Nº. 16

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 26-06-2020
--

--- No dia vinte seis de junho de dois mil e vinte, no Centro Cultural do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

--- A presente sessão congrega os pontos previstos para as sessões ordinárias de abril e junho, de acordo com o art.º 3.º da Lei 1-A/2020, de 19 de março.-----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:-----

--- Em representação do **Partido Socialista**: -----

--- António Manuel dos Santos Rodrigues, Ricardo José Pires Antunes, Manuel António Simões Martins, Ricardo Reis Costa, António Manuel Henriques Miguel, Mário André Balsa Gonçalves e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

António José Maia de Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil dos Santos Grácio, Manuel Adelino Lopes Tomás, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula de Matos Vieira da Cruz.-----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves.-----

--- Em representação da **CDU-Coligação Democrática Unitária**:-----

António Silvino da Costa Ferreira.-----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor:

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor:-----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** a Sra. Vice-Presidente, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores Srs. Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva e Sara Isabel Maia Cebola Florindo. -----

--- O Presidente da Câmara não compareceu a esta sessão por motivo de saúde. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse a Ricardo Reis Costa, convocado para substituir a deputada Liliana Patrícia Gomes Rodrigues, que justificou a sua impossibilidade em estar presente nesta sessão.-----

---Também os seguintes deputados informaram da sua impossibilidade em comparecer, tendo sido substituídos conforme a seguir se indica e cujos atos de posse foram dispensados nesta Sessão, por terem sido já empossados em Sessão anterior do presente mandato:-----

--- Carlos Belo Duarte Alfaia (PS), substituído por António Manuel dos Santos Rodrigues;-----

--- Carlos Alberto Alves da Silva (PSD), substituído por Manuel Adelino Lopes Tomaz; e --- Rosa Teresa Alexandre Teixeira (CDS-PP), substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves.---

--- Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

--- Pediu ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.-----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número quinze**, relativa à Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2020. Colocada a ata à aprovação, foi a mesma aprovada por unanimidade pelos senhores deputados presentes naquela Sessão.-----

--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Martins (PS)**: Tendo em conta a realidade atual, condicionada pela pandemia que vivemos, provocada pela COVID-19, consideramos que é extremamente importante: -

- Agradecer a todos os profissionais que estiveram na 1ª linha de combate à pandemia - Bombeiros, profissionais de saúde, funcionários das instituições de solidariedade social e tantos outros que não vou enumerar para não esquecer alguns... -----
- Salientar o excelente desempenho dos funcionários do município (da proteção civil, área social, área operacional...). -----
- Agradecer aos voluntários e às empresas que doaram tempo, materiais e equipamentos para combate à covid-19. -----
- Agradecer o desempenho das juntas de freguesia no acompanhamento de proximidade; e.-
- Agradecer à população, que na generalidade cumpriu as indicações da DGS. -----

--- Deixou também os Parabéns à cidade do Entroncamento pelo 29º aniversário. -----

---Deu os parabéns ao Centro Recreativo do Casal do Grilo pelo seu 44º aniversário. -----

---Congratulou-se com a subida de divisão do Entroncamento Atlético Clube e parabenizou-os pelo seu 1º aniversário. -----

--- Deu os parabéns ao Regimento de manutenção pelo 64º aniversário do serviço de material e 14º do regimento de manutenção. -----

---Deu os parabéns à Santa Casa de Misericórdia do Entroncamento pelo seu 70º aniversário.-----

---Deu os parabéns ao Museu Nacional Ferroviário pelo seu 5º aniversário (18 de maio) já inaugurado na vigência deste executivo PS e desejou votos de um excelente trabalho ao novo presidente Manuel Cabral. -----

---Salientou que o município mantém e até aumentou o apoio aos estudantes para o ano letivo 2020/21, passando agora a abranger todos os estudantes do 11º Ano. -----

--- Agradeceu à Câmara da forma célere como resolveu um grave problema na rua D. João de Castro provocado pela tempestade ELSA em dezembro de 2019, que em junho de 2020 já está completamente resolvido, demonstrando rapidez e eficiência na resolução do assunto. -----

--- Salientou o investimento da MEDWAY no Entroncamento – 28 milhões de euros e criação de 120 postos de trabalho. -----

--- Salientou também outros investimentos importantes e sempre bem-vindos a esta cidade – tais como a Bodyconcept, a Telepizza e o novo posto da BP, em parceria com os Bombeiros Voluntários, que representa um importante apoio a esta instituição que tudo merece. -----

--- Por fim, deixou uma nota de pesar pela morte de um grande empresário e bom homem da nossa cidade – Álvaro Silva - que muito deu ao Entroncamento e cuja perda muito

lamentamos, sabendo, contudo, que o seu legado será perpetuado pelos seus filhos, Telmo e Filipa, que certamente tudo farão para honrar a sua memória. -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: O CDS-PP defende a instalação de uma rede de vídeo vigilância na cidade. São lamentáveis os comportamentos de certos grupos e percebemos que a maioria dos cidadãos da cidade começam a sentir receios. Há zonas da nossa cidade que, lamentavelmente, as pessoas sentem receio de frequentar.-----

O CDS-PP defende um reforço de meios humanos para a esquadra do Entroncamento e lembra a prometida nova esquadra da PSP, promessa que já se conhece há 20 anos e foi transversal ao PSD e ao PS. Possivelmente teremos uma obra a começar no próximo ano, ano de eleições autárquicas. Mais que palavras e protocolos, precisamos da esquadra feita.- Referiu-se ainda a alguns problemas relativos à manutenção do viaduto Eugénio Dias Poitout, defendendo a urgência da sua reparação.-----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: “Tendo presente o aumento de casos de Covid 19 na região de Lisboa e Vale do Tejo, a bancada do PSD lembra que a estação ferroviária do Entroncamento é, regionalmente, o mais importante nó de ida e vinda de pessoas de e para muitos concelhos do Médio Tejo. Assim, recomenda-se ao executivo municipal que junto das autoridades sanitárias alerte e proponha que na estação sejam fiscalizadas as condições sanitárias de transporte, movimentação de pessoas e seu comportamento e que também aí sejam controlados os passageiros e até testados especialmente os regulares.”-----

--- **António Ferreira (CDU)**: Referiu-se à luta que os trabalhadores dos CTT continuam a travar, em reivindicação de melhores condições de trabalho e pela contratação de mais carteiros. Sugeriu que a distribuição do correio possa ser feita a partir do Entroncamento.- Elogiou o comportamento da população do Entroncamento durante a pandemia.----- Reforçou também a necessidade da nova esquadra da PSP no concelho.-----

--- **Carlos Matias (BE)**: Interveio para lembrar que Portugal foi considerado um dos países mais seguros do mundo em termos de pandemia. No entanto, verificam-se ainda muitos problemas a nível de saúde, do emprego, da habitação e transportes públicos, cruciais para minimizar os seus efeitos. -----

---**António Miguel (PS)**: “Senhores Deputados, tenho de partilhar convosco a minha perplexidade, com uma proposta feita pelos Senhores Vereadores do PSD e diga-se que apoiados pela restante oposição de atribuir um subsídio a um Clube de Futebol, quando recentemente votaram favoravelmente o pacote financeiro de subsídios a atribuir a todas as coletividades, aonde chega a demagogia. Não apresentaram onde iam buscar a respetiva verba, alvitro com um aumento de impostos que sempre nos habituaram, ou em alternativa o aumento da dívida. Ainda mais um exemplo com a taxa de ocupação do espaço público destinado às esplanadas que vieram propor a sua abolição, esquecendo que no tempo da sua gestão os comerciantes pagavam mais de 7€/ m2 e que agora só pagavam 1,7€. No entanto, e apesar desta redução de valor e atendendo às dinâmicas do comércio que foram criadas, permitiu aumentar globalmente a receita desta rubrica. -----

Tiro o chapéu ao Executivo pela boa decisão que tomaram em procurar alcançar a equidade na atribuição dos subsídios as diversas Coletividades e, com o tempo, corrigir as distorções que se verificavam.-----

Ponto de Situação - Revisão do PDM do Entroncamento:-----

Na qualidade de representante desta Assembleia na Comissão Consultiva de Revisão do PDM, cumpre informar o seguinte, de forma sucinta:-----

Em maio de 2019, a CM (Câmara Municipal) envia os elementos finais da proposta de revisão (Planta de Ordenamento, Regulamento e Relatório), atas de concertação e solicita a Conferência Decisória sobre a delimitação da REN (Rede Ecológica Nacional).-----

A **Conferência Decisória** é realizada a 19 de junho de 2019, com os elementos da CCDRLVT (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do

Tejo), APA (Agencia Portuguesa do Ambiente) e ARH (Administração Regional Hidrográfica), na qual foi obtido parecer favorável à proposta de delimitação da REN, condicionada à reformulação da delimitação da ZAC (Zona ameaçada por cheia) e com as devidas alterações em termos de proposta de exclusões.-----

Na sequência da Conferência é apresentada a versão, datada de dezembro de 2019.-----

É emitido novo parecer em fevereiro de 2020:-----

- Favorável à delimitação da tipologia CALM (cursos de águas, leitos e margens);-----

- Favorável à tipologia AEIPRA (áreas estratégicas de infiltração e proteção e recarga de aquíferos);-----

- Desfavorável para a tipologia ZAC (zona ameaçada por cheia), associada à ribeira de Santa Catarina e às condições de escoamento e eventual risco de inundação na zona poente do concelho;-----

- Favorável à tipologia AEREHS (áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo).-----

Pretendendo-se evitar um conjunto de construções, como aconteceu no passado.-----

Em abril de 2020, e na sequência da revisão efetuada ao anterior parecer emitido, a CM remete à APA para pronúncia, estando a aguardar resposta, para posteriormente apresentar a REN Exclusões.”-----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: “A bancada do PSD após ter tido indicação de que a reunião de Abril desta Assembleia não se realizaria, elaborou um requerimento à mesa para que, no cumprimento da lei, fossem os eleitos informados das atividades do município no período de fevereiro a abril, o que não foi efetuado.-----

Não pretende esta bancada dar lições a ninguém, mas lembro que o direito de ser informado e o dever de informar são indispensáveis em Democracia e, enquanto o Governo Central tem observadores atentos e relatores nos OCS, ao nível local estes meios são muito poucos pelo que a própria lei, ao admitir o adiamento das reuniões dos órgãos deliberativos (lei 12/2020), manteve o dever de prestação de informação escrita prevista na lei 75/2013, bem como o seu envio para o órgão deliberativo para conhecimento, sendo a sua apreciação efetuada logo que o mesmo reúna.”-----

--- A esta intervenção respondeu o deputado **Mário Balsa (PS)**, explicando a legalidade da não realização da sessão de abril e referindo que todas as informações sobre as ações tomadas durante a pandemia foram sendo atempadamente publicadas no site do Município.-

--- Também o **Presidente da Assembleia** destacou o que refere a legislação sobre os deveres de informação aos deputados, tendo sublinhado que o artigo 7.º B (Informação ao órgão deliberativo) da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, refere que, não obstante a possibilidade de não realização das sessões dos órgãos deliberativos, os deveres de prestação de informação escrita, previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º e na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se mantêm, devendo as respetivas informações ser remetidas para o órgão deliberativo para conhecimento, sendo a sua apreciação efetuada **logo que o órgão em causa possa reunir**. -----

--- De seguida, o deputado **António Ferreira (CDU)** apresentou a seguinte **Moção**:-----

-----“ **MOÇÃO - Reforço do Serviço Nacional de Saúde**-----

Considerando as manifestações realizadas por cibernautas, com base nas redes sociais, promovendo um ato de homenagem ao trabalho dos profissionais de saúde, no começo do surto epidémico do novo coronavírus, em que a proposta concretizada foi o das pessoas aplaudirem, da janela de suas casas, o trabalho desses profissionais.-----

Considerando as homenagens prestadas pelas forças de segurança, em vários distritos, a todos os funcionários onde estavam localizados hospitais no combate ao surto epidémico

ou instituições de emergência e socorro que tivessem apoiado a ação das forças e serviços de segurança.-----

Considerando que o Sr. Presidente da República pretende homenagear os profissionais da saúde, tendo recebido essa proposta do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, para a realização dessa homenagem nacional aos médicos e outros profissionais de saúde.-----

Considerando que é devido à natureza universal e geral do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como ao seu carácter público, que mais uma vez tem demonstrado, que é o SNS a solução para assegurar o tratamento de todos os utentes em igualdade, com qualidade e sem discriminações em função das condições económicas e sociais.-----

Considerando que enfrentamos o surto, em condições de grande debilidade da estrutura de saúde pública, depauperada nos seus meios, nomeadamente humanos, pois durante anos, a estrutura de saúde pública foi profundamente desvalorizada, e apesar disso, a realidade veio comprovar a sua importância.-----

Perante todas estas manifestações de apreço aos profissionais do SNS e por considerar urgente o apoio efetivo ao SNS propõe que a Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida no dia 26 de junho de 2020, aprove para que o Município de Entroncamento interceda junto do Governo para:-----

1. o reforço do financiamento do SNS em pelo menos 25%;-----
2. a garantia da autonomia das unidades de saúde; -----
3. a não aplicação da lei dos compromissos na aquisição de medicamentos, material clínico, equipamentos; -----
4. o reforço do número de profissionais de saúde e a sua valorização profissional, social e remuneratória; -----
5. o alargamento do número de camas, incluindo dos cuidados intensivos;-----
6. o alargamento da capacidade para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica; -----
7. a recuperação até ao final do ano dos cuidados de saúde suspensos e adiados;-----
8. o alargamento do número de camas de cuidados continuados e paliativos na rede pública; -----
9. o reforço de meios na saúde mental e na saúde pública; -----
10. a existência de serviços de medicina do trabalho em todos os estabelecimentos de saúde;-----
11. a concretização do Laboratório Nacional do Medicamento, já aprovado na Lei do Orçamento do Estado para 2020; -----
12. a constituição de uma reserva estratégica de medicamentos e dispositivos descentralizada;-----
13. a promoção da reconversão da indústria para a produção de equipamentos de proteção individual, material clínico, equipamentos médicos, medicamentos, de forma a reduzir a dependência externa do país.-----

Esta moção depois de aprovada deve ser enviada às seguintes entidades:-----

- Enviar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comissão de Saúde da Assembleia da República;-----

- Enviar ao Ministro da Saúde e Secretário de Estado da Saúde.”-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Todas as iniciativas para reforço do SNS e das microempresas são bem vindas, mas não nestes termos e desta forma, por serem de difícil consequência e representarem uma total incongruência na forma de fazer política da CDU, na medida em que a CDU tem viabilizado orçamentos há 5 anos e tem pactuado todos os dias com os fortes cortes e cativações, com o brutal aumento da dívida a fornecedores, com o não pagamento de salários decentes a profissionais de saúde e com a degradação dos serviços

de saúde, como não se tinham registado sequer no período da bancarrota criada pelo PS. Se quisesse fazer a diferença, a CDU devia atuar em sede de OE.”-----

--- **Carlos Matias (BE)**: Referiu concordar com o essencial desta Moção, manifestando-se em defesa do Serviço Nacional de Saúde.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: Criticou a Moção, que classifica como hipócrita, informando que irá votar contra.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU:-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada por maioria, com dez votos contra do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, um voto contra do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- O deputado **António Ferreira (CDU)** apresentou ainda a seguinte Moção:-----

---“MOÇÃO - Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que o concelho de Entroncamento precisa-----

Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo, veio expor ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português.--- Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes.-----

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos Micro Pequenos e Médios Empresários, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque por tinham situações resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócio-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada.-----Os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja actividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País.-----

O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Layoff simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, no caso das microempresas, apenas 7,4% obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais, as microempresas apenas 25% destas sociedades a acederem a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex-BES) e que tanta falta faziam ao País.

É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar.-----

Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos

sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um Apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da electricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários.-----

Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Entroncamento exige do Governo que se adoptem medidas no sentido de:-----

- Levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Layoff simplificado, programa ADAPTAR, etc);-----

- A consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes;-----

- A atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81;-----

- Suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC;-----

- Concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada;-----

- A redução do preço da electricidade e dos combustíveis;-----

- Apoio ao arrendamento não habitacional reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra da actividade que foi verificada;-----

- Criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.-----

- Esta moção depois de aprovada deve ser enviada às seguintes entidades:-----

- Enviar aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à 6.ª Comissão de Economia da Assembleia da República;-----

- Enviar ao Ministro Adjunto e da Economia.”-----

--- VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU:-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada por maioria, com nove votos contra do Partido Socialista, uma abstenção do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto contra do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Seguidamente o deputado **Carlos Matias (BE)** apresentou também a seguinte Moção:--

--- “Moção - Pela regulamentação e implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Local-----

--- Considerando que:-----

O STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional Empresas Públicas, Concessionárias e Afins) lançou uma petição que recolheu mais de 20 mil assinaturas para que seja finalmente aplicado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco na administração local.-----

Estas compensações foram previstas no Decreto-Lei nº 53-A/98, de 11 de março, e na alínea b) do n.º 3, do artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho: “3 - São devidos suplementos remuneratórios quando trabalhadores, em postos de trabalho determinados nos termos do n.º 1, sofram, no exercício

das suas funções, condições de trabalho mais exigentes: a) De forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho suplementar, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho; ou b) De forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção. 4 - Os suplementos remuneratórios são apenas devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei. 5 - Os suplementos remuneratórios devem ser fixados em montantes pecuniários e só excecionalmente podem ser fixados em percentagem da remuneração base mensal. 6 - Os suplementos remuneratórios são criados por lei, podendo ser regulamentados por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.”-----

Considerando que nunca houve uma regulamentação do Governo, este suplemento nunca foi implementado para a Administração Local. Há mais de vinte anos que os trabalhadores lutam pela concretização deste direito que já está previsto na lei mas nunca foi cumprido.- Chegados a 2020, esta forma de compensação para os trabalhadores que continuam a executar funções passíveis de insalubridade, penosidade e risco ainda não foi regulamentada nem aplicada. Foram ignorados os prazos legalmente determinados, o que representa claros prejuízos a quem trabalha nestas difíceis condições já reconhecidas pela Lei.-----

O combate à pandemia de COVID-19 deixou ainda mais claro como estes trabalhadores, em que se incluem os da higiene e limpeza urbana, entre outros, merecem ser valorizados pelo trabalho que desempenham com risco pessoal para a segurança de todos.-----

--- Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento pronuncia-se junto do Governo e da Assembleia da República pela necessidade de regulamentação e aplicação das Leis referentes à atribuição do suplemento remuneratório por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade, na Administração Local.-----

---Moção a ser enviada ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, às Uniões Sindicais (UGT e CGTP-IN), aos Representantes dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Entroncamento, ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), à Câmara Municipal do Entroncamento, aos órgãos das Freguesias do concelho do Entroncamento e à comunicação social.”-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Esta moção deixa de fora milhares de trabalhadores de outros setores de atividade igualmente importantes, como os profissionais de saúde, que até tiveram cortes no vencimento por estarem contaminados com o COVID-19 ou os profissionais de segurança que há anos vivem sem subsídio de risco e trabalham com material de proteção fora de prazo.-----Por outro lado, o BE enquanto parceiro privilegiado do PS que tem viabilizado todos os orçamentos dos últimos 6 anos, deveria defender estas necessidades em sede de OE e não com moções.”-----

--- **António Ferreira (CDU):** Informou apoiar esta Moção e lembrou que há muita legislação já aprovada sobre este tema que nunca foi regulamentada.-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** Apresentou também o seu apoio à Moção e enalteceu os setores da limpeza e recolha de resíduos sólidos do Município, cujo trabalho tem sido essencial nesta fase de pandemia.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA:-----

Colocada à votação esta Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi a mesma aprovada por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, uma abstenção do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor

dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- A deputada **Fátima Roldão (BE)** apresentou também a seguinte Recomendação:-----

-----**“Recomendação - Pelo reforço do apoio aos agentes culturais**-----

--- *As restrições impostas pela combate a pandemia de COVID-19 atingem de modo muito particular as atividades de carácter cultural, assentes no trabalho presencial e de equipas.- Algumas dessas restrições dificultam mesmo a sobrevivência de alguns profissionais dedicados que aí encontram uma adicional pequena fonte de rendimentos.-----*

Por outro lado, atividades como a dança ou a música coral que, habitualmente, já exigem áreas alargadas, vêem redobrar a necessidade de espaço, perante a imposição de distâncias entre praticantes, por razões sanitárias.-----

O município pode e deve contribuir para a mitigação dos problemas existentes, apoiando a sobrevivência destas atividades, durante e após a pandemia.-----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que,-

-Proativamente, identifique eventuais dificuldades financeiras decorrentes das restrições provocadas pela pandemia do COVID-19, nas associações e agentes culturais do concelho, bem como da necessidade de novos espaços, mais amplos, para que possam trabalhar respeitando o distanciamento recomendado;-----

- Em consequência desse levantamento, contribua extraordinariamente para a viabilização financeira dessas entidades e/ou associações, em moldes ajustados a cada caso, e, caso seja necessário, disponibilizando de entre as instalações municipais, espaços mais adequados ao prosseguimento do seu trabalho.”-----

--- Acerca desta Moção foi feita a seguinte intervenção:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Saudamos esta recomendação neste período crítico, mas gostaríamos que as iniciativas propostas fossem alargadas a toda a comunidade associativa da nossa cidade e não apenas à cultura.”-----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA:-----

--- Colocada à votação esta Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi a mesma aprovada por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, uma abstenção do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- De seguida o deputado **Ricardo Antunes (PS)** apresentou também a seguinte Moção, cujo último parágrafo foi acrescentado pelo Bloco de Esquerda:-----

---**“Moção: Pela Preservação do Património do Entroncamento - Memória e Identidade Ferroviária** -----

Quando falamos em património cultural referimo-nos ao conjunto de bens materiais e intangíveis, que nos foram deixados ao longo do tempo como testemunho das gentes da nossa terra. -----

Pelo valoroso interesse cultural que possuem, devem ser objeto de especial proteção e valorização, como forma de garantir o usufruto dos mesmos e a preservação identitária às gerações futuras.-----

Uma cidade sem identidade não passará de um grupo de pessoas sem qualquer fio condutor que as ligue. Não basta apregoar que somos a cidade ferroviária, não fazendo qualquer esforço para preservar esse imaginário preponderante e intrínseco à nossa memória coletiva. -----

A valorização desse património constitui uma manifestação, um testemunho, uma invocação, uma convocatória do passado, que nos leva a reconhecer que a cidade que somos hoje, devemos ao nosso passado, às gerações que nos transmitiram e àqueles de quem herdámos a cidade (em) que atualmente vivemos. -----

Não devemos deixar que os desafios da contemporaneidade e modernidade que

legitimamente ambicionamos para a nossa terra, levem ao abandono das nossas raízes enquanto comunidade. Pelo contrário, devemos conjugar esse desiderato com a preservação desse património. -----

Grande parte deste património, nomeadamente o edificado, não é posse do Município do Entroncamento, mas isto não nos liberta da responsabilidade que cada um de nós tem na sua preservação. -----

Aquando da inadvertida iniciativa de venda de bairros ferroviários por parte da REFER, o Executivo, e bem, fez uma oferta simbólica de 1 euro pela totalidade daquele património, mostrando que a alienação daquele edificado que faz parte da nossa história não poderia, na visão dos Entroncamentenses, ser tratado de forma tão leviana e que, para nós enquanto comunidade, tem um valor implícito que transcende as lógicas do setor imobiliário. -----

Este foi um marco que, paulatinamente, criou as bases para a criação de uma solução de valorização para o Bairro de Camões, reabilitando aquela parte da nossa história comum, até aí votada ao abandono. -----

A par desta ação, a firme aposta na reabilitação urbana contribui para a valorização de uma importante entrada no concelho, potenciando o Bairro Vila Verde e a contiguidade deste à mais importante instalação cultural no nosso concelho, o Museu Nacional Ferroviário. -----

Cada vez mais os museus se têm vindo a afirmar-se como excelentes meios de transmissão cultural e, por conseguinte, estruturam-se como uma forma de preservar a identidade local ao mesmo tempo que perpetuam uma sociedade da qual fazem parte objetos, usos e costumes, entre outros. -----

A pressão do executivo para que o vasto e rico acervo do nosso museu fosse disponibilizado a todos e que o Museu Nacional Ferroviário abrisse portas, permitiu rapidamente criar um objeto de orgulho comunitário. Um orgulho que deve continuar a ser potenciado com iniciativas diferenciadoras, como o Festival Vapor promovido pelo Município do Entroncamento em parceria com a Fundação Museu Nacional Ferroviário Dr. Armando Ginestal Machado. -----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 26 de junho de 2020, aprove:-----

- Saudar o executivo pela valorização identidade ferroviária e trabalho desenvolvido na preservação deste património intimamente ligado à nossa cidade; -----

- Solicitar ao executivo a continuidade dos esforços para preservação do património material e imaterial associado à ferrovia e a potenciação do setor ferroviário na matriz de desenvolvimento económico do nosso território, este que é identitário da nossa comunidade.-----

- Manifestar junto do governo a necessidade de este apoiar a sustentabilidade financeira do Museu Nacional Ferroviário, de forma a manter os recursos necessários para a continuidade do seu projeto”-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

*--- **Carlos Matias (BE):** Informou apoiar a presente Moção, defendendo a marca ferroviária, e não a dos fenómenos, como a mais forte da cidade.-----*

*--- **António Mascarenhas (PSD):** “A bancada do PSD concorda na generalidade com os pressupostos da moção, nomeadamente sobre a preservação do património material e imaterial associado à ferrovia e até defende que na matriz de desenvolvimento socioeconómico do nosso território deve ser potenciado o setor ferroviário.-----*

Sobre a preservação do património material e imaterial associado à ferrovia reconhecemos como principal contributo a realização do Museu Ferroviário, obra do executivo PSD, depois do que não existe nenhuma realização concretizada que justifique louvor.-----

Quanto ao desenvolvimento económico do nosso território, temos assistido á redução da importância do setor estado na ferrovia, lembrando-nos o que foi a EMEF, a REFER ou a CP no Entroncamento.-----

A moção também carece de medidas concretas, nomeadamente para a elaboração de um plano ou de um programa de preservação do património ferroviário.-----

Assim esta bancada vai abster-se na votação da moção.”-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pelo Partido Socialista, foi a mesma aprovada por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- **Não havendo Intervenção do Público, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.**-----

ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- Este ponto iniciou com as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Começou por questionar um contrato efetuado entre o Município e a Eurosistra, perguntando qual o preço do mesmo. Referiu que foi informado que o critério de distribuição de máscaras à população não correu da melhor forma. Reportou ainda alguns problemas existentes na Rua Elias Garcia e outras ruas.-----

--- **Carlos Matias (BE):** Questionou a transmissão do concerto de André Sardet, no passado dia 20 de junho, por uma rádio de Tomar, tendo questionado se a mesma foi paga e, se o foi, qual a verba. Referiu-se também à reparação da ciclovia.-----

--- **Fernando Barroso (PSD):** “Antes do mais, queremos expressar o apreço pela continuação das obras de melhorias de infraestruturas de águas e saneamento, que naturalmente serão de significativa melhoria no funcionamento e rentabilidade dos serviços, assim como na melhor qualidade para os utentes. Para além da expectável perturbação e incómodos resultantes das obras, temos estado tremendamente e cumulativamente afetados pela pandemia Covid-19 com estrangulamento das nossas vidas, atividades pessoais e profissionais. Após um período de relativa estabilidade política e económica, estaremos porventura numa provável situação com a probabilidade de tempos mais difíceis, do ponto de vista económico, com as previsíveis consequências de restrições. Passado este preambulo, indo ao que nos traz aqui hoje, falemos de qualidade, de ambiente e naturalmente de pessoas! Quando falamos destes temas, de uma forma ou de outra, pensamos nas pessoas. A missão dos autarcas, essencialmente se resume no estar ao serviço do cidadão!!!-----

Falemos então de anomalias que incomodam, desgostam e provocam alguma indignação, porque persistem e não revelam soluções que perdurem, proporcionando bem estar, ambiente limpo e saudável e sem necessidade de repetidas vezes reclamar sem ver resultados visíveis. Do que falamos:-----

1-Obras decorrendo demasiado tempo, parecendo não ter fim. Incómodos que parecem demasiado prolongados e não se verificarem intervenções do Executivo, de forma a minorar os inconvenientes.-----

2-Recolha de RSU e Recicláveis: A Resitejo tem revelado uma enorme incapacidade de uma recolha regular e permanente de forma a assegurar uma não existência de Contentores

Cheios que resultam em despejos na via pública. As viaturas da CME, que conspurcam o pavimento das ruas, parecendo revelar uma deficiente ou inexistente manutenção...!?Porque não procederem a uma lavagem regular nos pavimentos sujos!?Exemplo claro desta anomalia a par de outras noutras artérias, se nota de forma regular na rua do Casal da Galharda3-Ruas e pavimentos-----

3.1 –Rua Porfírio Rodrigues: Dois ou três anos atrás, por intervenção do público, foi solicitado uma intervenção reparadora do piso e assim como do ressalto do estacionamento, particularmente frente à farmácia. O Sr. Presidente da CME toma nota na altura. Nada aconteceu ainda !!-----

3.2-Rua Costa Machado finalmente pavimentada e ótimo por isso !!-----
Porém, faltam faixas pintadas no piso ligando a Ciclovia e falta também de marcação da Passadeira de Peões !!Para além disto, foi criado espaço para colocação de contentores de RSU de Recicláveis existindo também um outro contentor, para roupas e calçado...!!Para este último, não existiu espaço, então, fica colocado no terreno térreo, em plano inclinado...!!!!-----

3.3-Rua Eng. Ferreira Mesquita. Que suplício estarão sofrendo os moradores !!Não será possível estabelecer em contrato um prazo de execução que deverá ser rigorosamente cumprido, ao mesmo tempo que algo se faça de forma a minimizar aquela horrenda e prolongada onda de poeira !!Não será viável uma rega periódica !!?-----

4-O Verde das rotundas nas entradas da cidade; Ervas e Resíduos líquidos de lixo urbano. Em reuniões anteriores, o Sr. Presidente do Executivo, a par de outras intervenções dos Presidentes das Juntas, tem replicado a estas chamadas de atenção e anotações do PSD, desmentindo a sua existência ou até ironizando que não estará o PSD a viver na mesma cidade....!!Dizem que, do que falamos não existe...!!Daí termos trazido novamente o assunto, após constatar dois dias atrás “in loco”.É que observámos o que consideramos sempre prioritário, as Escolas e Centro de Saúde, para além de ruas no norte e sul, com um objetivo apenas: O de motivar o Executivo a dar atenção a estas recomendações e se empenhar de forma a fazer com que todos nós desfrutemos dessa achega no bem estar daí resultante ! Visionámos a Escola Secundaria (Ciclo) em que a erva no seu interior é imensa e feia... e até com algum risco de incendio e na Escola Básica do Bonito, em que nos seus muros exteriores, lá está a erva sobrevivendo e crescendo...!!Mau exemplo para os educandos! Passámos também no parque de estacionamento do Pavilhão desportivo. Que sujeira de ervas proliferando !!Rotundas de entrada na cidade O mau aspeto da rotunda do Leclerc direi, não será digna de uma entrada na cidade !!Chega a ser vergonhosa !!Parece que a erva prolifera e água tem escasseado ou arredada há muito !!!-----

4.1 Ervas continuamente existentes no espaço público. Sentimos que, nada deveria justificar trazer este tipo de assunto a esta AM, mas porque ao longo do tempo, as intervenções das bancadas ou do público, parece não terem merecido qualquer intervenção, insistimos uma vez mais. Como atenuante, sabendo que a cidade tem imensos espaços chamemos de baldios, em que o privado não limpa e cujo aspeto repugnante e até o risco de incendio persiste. Além de que o impacto de poluição visual é tremendo.-----
Direi mais, acerca da lamentável imagem, direi deplorável, das residências desabitadas há muito, pertença da CP, ali bem junto á estação, que nos dão um aspeto repugnante para nós e para quem nos visita...!!Também aqui com certeza, algo deverá ser exigido das IP(infraestruturas de Portugal)!!Porém, a CME tem legitimidade e obrigação de algo exigir ; Para além disso, existe então em permanência um mau ou péssimo aspeto, de ervas de media e muita altura, significando tempo sem corte. Nossa conclusão considera duas hipóteses:-----

4.1.1-Falta de sensibilidade do Executivo para corrigir o problema eliminando permanentemente a existência de ervas.-----

4.1.2-Ou os serviços não terão capacidade de execução permanente e então se vai resolvendo como se pode...!!Tempos de maiores restrições orçamentais poderão surgir a curto prazo, esperemos que teremos a capacidade de resolver conseguindo melhoria do bem estar da qualidade de vida derivada de ausência de “poluição visual “ !Por fim uma chamada para a falta de isolamento térmico na Praça de Alimentação/Área social, no Mercado !!Onde poderia ser uma área também de convívio e passatempo, tal é insuportável no quente e também no frio...!Também aqui uma sugestão para o desaproveitado espaço no largo da rua do Casal da Galharda .-----

Reavaliar o local, um melhor aproveitamento daquele espaço, podendo passar a ser de lazer também dos mais idosos, eliminando os montes de terra que apenas dão trabalho no corte de ervas e ocupam o espaço mais sombrio !!Uma palavra de confiança e otimismo: Que o Executivo consiga de facto tomar medidas para melhorar uma cidade para as “Pessoas a que todos pertencemos” e possamos gostar de viver !”-----

--- **António Ferreira (CDU):** Perguntou onde esteve o executivo de março a maio quando os entroncamentenses mais precisaram.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara, que começou por enaltecer o trabalho do novo Presidente do Conselho de Administração do Museu Ferroviário, Dr. Manuel de Novaes Cabral. -----

Seguidamente, em resposta ao deputado António Ferreira (CDU) explicou todo o trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver desde fevereiro no âmbito da pandemia Covid-19, cujo principal objetivo tem sido o de prestar os serviços necessários e essenciais à população e o apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente com o reforço de bens alimentares, equipamentos informáticos, isenção de pagamento de rendas, água e RSU, atribuição pecuniária extraordinária a associações de carácter social e IPSS, entre outras, recordando que o desenvolvimento desta questão está hoje agendado para análise nesta Assembleia.-----

Continuando, esclareceu o deputado Pedro Gonçalves (CDS-PP), quais os termos do contrato que o Município celebrou com a Eurosistra Portugal, Lda., empresa encarregue, entre outras, da limpeza, assessoria e outras ações no sentido de repor a circulação rodoviária em condições de segurança no caso de acidentes rodoviários e também de transportar os resíduos poluentes resultantes. Não resultam quaisquer encargos para o Município.-----

Em resposta ao deputado Fernando Barroso (PSD) reconheceu que há efetivamente problemas com as ervas, o lixo e as obras na cidade, mas salientou a rapidez com que algumas obras têm sido feitas, nomeadamente no caso da Rua Eng.º Ferreira de Mesquita, cuja obra nunca parou durante a pandemia. Quanto às ervas, a seu tempo o assunto será resolvido, estes meses tiveram também o problema dos funcionários que tiveram que ser afetados a outros trabalhos mais emergentes. Explicou que também a Resitejo se debateu com este problema, tendo tido nesta fase cerca de 50 trabalhadores em casa. Lamentou também a falta de cidadania de algumas pessoas, que demonstraram muita falta de respeito por quem trabalha, colocando os lixos ao lado dos contentores, o que constitui também perigo de saúde pública. Referiu ainda que neste momento a recolha de monos é feita às segundas e sextas feiras, apelando à cidadania da população para colaboração nesta questão que é de todos.-----

Sobre os investimentos do PEDU, explicou as elevadas taxas de execução e quais as obras que já foram executadas e as que estão agora em curso. Referiu-se ainda a um projeto que a Câmara está a desenvolver para reduzir a percentagem de perdas de água no concelho, que neste momento se estima em 40%. Informou também que todos os projetos apresentados para financiamento foram aprovados.-----

Quanto à transmissão do espetáculo de André Sardet, que teve lugar no Centro Cultural no passado dia 20 de junho, irá informar-se da veracidade dos factos, e esclarecerá nessa altura o deputado Carlos Matias (BE) que aqui colocou essa questão.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2019, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º. da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando que se trata de votar a Prestação de Contas do Município relativas à Gestão de 2019.-----

--- Sobre este assunto foram feitas as seguintes intervenções:-----

-- **Carlos Matias (BE)**: “A nossa apreciação política aqui, na Assembleia Municipal, vem na linha da avaliação que o Bloco de Esquerda apresentou na Câmara Municipal, pela voz da vereadora Sara Florindo, enquanto esta pôde intervir, sem interrupções impróprias.----- No município do Entroncamento, 2019 foi um ano parco na entrada ao serviço de novos equipamentos.-----

Ao fim de vários anos de promessas e de um processo com avanços e recuos temos enfim ao serviço o Cineteatro S. João. -----

Reabilitou-se o mercado Municipal, melhor agora. Aí a solução encontrada para o espaço de restauração poderia ter sido mais valorizada. Todos teríamos ganho se na fase anterior à elaboração do projeto, tivessem sido acolhidas sugestões. Aqui, como de costume, a maioria põe e dispõe e no fim logo se vê. Se não sair muito bem, a propaganda trata do caso.-----

O desempenho energético na cidade melhorou muito, com adoção da tecnologia LED, melhoria visível nos resultados financeiros.-----

Com mais dois ou três investimentos menores e está esgotada a lista dos investimentos, em 2019.-----

Verificou-se um saldo de gerência positivo em montante expressivo, um saldo financeiro incompreensível perante a fraca execução de algumas rubricas, por exemplo na área social, de que falaremos mais adiante.-----

Os impostos diretos tiveram uma ligeira cobrança (7%) acima do nível previsto. Apesar da cobrança de IMI abaixo do previsto, para o saldo positivo da cobrança de impostos diretos contribuíram os elevados de níveis de cobrança de IMT e de derrama.-----

A derrama teve uma cobrança muito superior à inscrita no orçamento, demonstrando a possibilidade de acomodar as propostas que o Bloco de Esquerda vem fazendo no sentido de baixar a taxa da derrama para as pequenas empresas. Uma baixa (ou até isenção) ainda mais necessária, nas atuais circunstâncias Ou de isentá-las mesmo desse pagamento. Assim como é mais uma vez evidente, o carácter enganador da decisão da maioria PS de baixar a cobrança apenas nalguns casos --- que nunca ocorrem. Portanto, reiterada publicidade enganosa, com dolo.-----

De sublinhar que ficámos a apenas 0,55% do incumprimento da exigência legal de mínimo de 85% de execução orçamental. Uma proximidade que poderá ser grave se a crise económica se agravar este ano, a ponto de atingir profundamente as receitas orçamentadas prospectivamente para o IMT, o IUC, a derrama e o IRS cobrado no concelho.-----

Em 2019, cobraram-se cerca de 17 mil e 800 euros em stands nas festas da cidade. Se, como propôs o Bloco, tivesse sido cedido um pavilhão gratuitamente a cada associação ou clube da cidade, a redução desta receita seria mínima. Mas quando se trata de apoiar clubes e associações, a atual maioria conta sempre os centimos.-----

De resto, ainda não foi no ano passado que foram repostos os apoios a clubes e associações para níveis anteriores ao PAEL. O PAEL está encerrado há muito tempo e não pode

continuar ano a ano a servir de desculpa para travar o aumento dos apoios --- apenas cerca de 95 mil euros, em 2019.-----

As receitas dos TURE merecem reflexão. Os transportes públicos, além de assegurarem o direito à mobilidade, desincentivam o uso do automóvel particular, contribuindo para a descarbonização dos transportes. Com a entrada das receitas do PART, as receitas globais dos TURE cresceram 45%. Nestas circunstâncias, no futuro, o transporte público deve ser ainda mais embaratecido e, até, tendencialmente gratuito.-----

No plano dos investimentos, continuaram adiadas as obras do bypass da Ribeira de Santa Catarina, a requalificação da zona envolvente ao cemitério municipal, a requalificação da ligação aos Riachos e a nova Biblioteca. Todos tinham rubricas abertas.-----

Na Biblioteca nem chegaram a ser inteiramente aplicadas as escassas verbas atribuídas ao enriquecimento dos respetivos fundos. Um desinvestimento na cultura, a registar.-----

Como já referimos, é preocupante a não execução de algumas previsões em áreas sociais. Por exemplo nas bolsas de estudo para o ensino superior: foram orçamentados 5 mil euros, executados 1786. Cabazes de Natal: orçamentados 8 mil euros, aplicados 1846; Cartão Entroncamento Solidário: orçamentados 28 mil euros, gastos 12 444; Projeto “Iar em Segurança”: previstos 9 mil euros, gastos pouco mais 6500; Projeto “Viver +Ativo”, orçamentados 20235 euros, aplicados 16 mil.-----

Em contrapartida, despenderam-se mais de 41 mil euros em apoios pontuais para “Atividades Cívicas/Religiosas” quando para aí apenas estavam destinados cerca de 13.500. Ou seja, nestes apoios não especificados gastou-se quase tanto como 50% das transferências anuais para todo o movimento associativo. -----

Numa perspetiva global, a gestão, em 2019, poderia ser pior, mas também poderia e deveria ter sido muito melhor. Votaremos em conformidade com esta apreciação.”-----

--- **Manuel Martins (PS):** procedeu à seguinte análise das Contas de 2019: exploração do exercício de 2019 saldou-se por um resultado positivo de 1.173.775,27 €. Em termos orçamentais, o exercício terminou com um grau de execução da receita de 85,45 % - pág.24 Relatório de Gestão. Ao longo de 12 anos de governação, quantas vezes o PSD pôde afirmar algo parecido? Só a título de exemplo, referindo os investimentos mais relevantes temos:-

Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética): investimento ascendeu a 1.073.782,88 €. -----

Remodelação/Modernização do Cine teatro S. João: investimento ascendeu a 1.531.229,49 €. -----

Melhoria do Desempenho Energético do Município: Alteração da iluminação para LED, que representa uma poupança de cerca de 60% do encargo. O que representou uma poupança de cerca de 90 mil euros em 2019 apesar de refletir apenas o 2º semestre; investimento ascendeu a 471.066,65 €. -----

Requalificação de Pavimentos e Passeios da Zona Industrial: investimento ascendeu a 150.659,99 €. -----

Durante o ano de 2019 foi dado início ao desenvolvimento das seguintes empreitadas: ----

- Parque Empresarial do Entroncamento = 1.577.742,90 €-----

- Projeto de Eficiência Hídrica (Diminuição de Perdas de Água) = 1.324.353,12 € -----

- Requalificação Urbana do Espaço Público, Equipamento e Edificado nos Bairros Sociais: 1.028.146,30 €. -----

- Requalificação do Espaço Público – ARU 1 e ARU 3 = 1.365.706 €, que consiste em intervenção na Rua Eng.º Ferreira Mesquita, Travessa do Cais, Rua 1.º de Maio e Praça das Tílias – e que está atualmente em execução, como todos sabem. -----

- Requalificação do Bairro Camões = 243.420 € - também em execução, como todos sabem.

- Consolidação Das Margens do Bonito = 288.320 € - também já em execução. -----

-
- Pista de Atletismo Pavimento = 131.000 € - a iniciar no próximo mês. -----
 - Requalificação da CM1179 Riachos = 146.000 €. -----

Tudo isto não representou um aumento do passivo, antes pelo contrário, foi também possível reduzir a dívida em 962.238,87 euros, a qual se encontra agora ligeiramente abaixo do 9 milhões.-----

Considerando que a dívida em 2010 se cifrava em mais de 15 milhões e 700 mil euros, dos quais cerca de 5 milhões a curto prazo, em 2011 era de 17 milhões, em 2012 era de 15 milhões...sendo que em 2020 a dívida está em menos de 9 milhões, incluindo já os 700 mil euros da Escola Ruy D'Andrade que ainda aguardam uma decisão final do Tribunal e 800.000 euros de outros credores de médio e longo prazo (ou seja, entidades em que o município está envolvido e cujas dívidas têm que ser refletidas nas contas). -----

Refira-se ainda que o prazo médio de pagamento a fornecedores é agora de 59 dias, quando em 2012 era de 175 dias! Considerando que o PSD tanto defende a economia local, era desta forma que o demonstrava, deixando os fornecedores à espera do pagamento até à exaustão! -----

Ou seja, é possível haver investimento e manter os resultados positivos nas contas, basta saber gerir. -----

Refira-se que atualmente na Zona Industrial apenas um lote não tem projeto o que prova a capacidade deste executivo do PS em dinamizar a zona industrial, a qual foi esquecida e votada ao abandono durante a governação PSD. -----

É de louvar também a criação do parque empresarial para atrair investimento, o que acrescenta valor à nossa cidade, sendo que ainda antes do início da obra já existiam lotes concessionados.-----

Aproveito ainda, uma vez que do Relatório de contas não se infere tais dados, para solicitar ao executivo informação sobre os níveis de execução de apoios comunitários, pois seria interessante percebermos qual o aproveitamento dos fundos disponíveis pela União Europeia.-----

--- **Manuel Faria (PSD)**: A primeira palavra é para os Serviços do Município pelo trabalho técnico realizado.-----

Somos ainda a referir o parecer positivo do Revisor Oficial de Contas que validou os resultados e os respetivos documentos que os suportam, mas que naturalmente não se pronuncia sobre a qualidade da gestão nem sobre outros indicadores relevantes.-----

Assim sendo:-----

Referimos que este relatório apresenta uma introdução e enquadramento económico nacional, mas não disponibiliza dados concretos sobre o concelho nos principais indicadores económicos, sociais e outros, e isso pode ser uma clara oportunidade de melhoria; sobretudo, quando o Executivo e a bancada do PS, afirmam que os bons resultados são da sua responsabilidade e nada têm a ver com a conjuntura nacional ou internacional.-----

Destacamos a subida dos proveitos em 5%, acompanhada por uma subida inferior dos custos no valor 2,5%, tendo sido obtido um excedente orçamental.-----

O valor dos capitais próprios é apenas de 39,4% e o passivo de 60,6%. Apesar da melhoria face a 2018 e passados praticamente 7 anos deste Executivo, estamos muito afastados da maioria dos municípios portugueses, porquanto o Relatório Nacional da Direção Geral das Autarquias Locais de 2018, refere que a maioria dos municípios tem uma ordem inversa, ou seja, a maioria dos municípios apresenta 70% de ativos e 30% de passivo. -----

Os fundos próprios refletem o valor líquido do património dos municípios e esta análise é importante porque reflete a forma como o ativo é suportado. No caso da nossa cidade, em 2019 o ativo foi quase exclusivamente suportado pelo imobilizado (sobretudo as escolas, os parques, os pavilhões, os equipamentos desportivos...) representando 87,8% do ativo; o que indica bem a importância do investimento em ativos críticos realizado no passado.-----

A execução das receitas situou-se nos 85,45% em 2019, tendo baixado relativamente a 2018, que tinha sido de 87,27%. A execução da despesa melhorou relativamente de 83,1% em 2018 para 84,86% em 2019; em qualquer das situações estes valores de execução ainda nos mantêm nas piores posições do ranking nacional de municípios, sobretudo, passados 7 anos e com uma conjuntura económica e de estabilidade tão favorável e sem precedentes em décadas.-----

Faltam aqui valores para o desemprego da nossa cidade, infelizmente a crescer desde 2018 – em 31 de dezembro de 2018 estavam inscritos no IEF (418); Dezembro de 2019 (429); Janeiro de 2020 (443); Fevereiro de 2020 (444); Março de 2020 (484); Abril de 2020 (488), o que significa que nada do que foi anunciado representa a criação efetiva de emprego sustentável, mas sim muitos postos de trabalho precário. E agora com a crise COVID-19 a situação agravou-se.-----

Faltam dados sobre a dinâmica empresarial e dos negócios. No distrito de Santarém, apenas os concelhos da Chamusca, Ferreira do Zêzere, Mação, Vila Nova da Barquinha, Alpiarça, Constância, Golegã e Sardoal criaram menos empresas que o Entroncamento em 2019. O Entroncamento ficou mesmo no 3.º grupo, por ordem decrescente, dos 4 grupos dos concelhos com menos negócios criados.-----

O peso baixo da Derrama em 9,32% em 2019 continua a representar um nível relativo da atividade económica, e das políticas e medidas adotadas.-----

O valor com obras e loteamentos é o mais baixo em 4 anos e com apenas 18,83% previsto para a atividade económica.-----

O PPI apresentou uma taxa global de execução de 69,4%, concretamente, Funções Gerais 66,58%, Funções Sociais 77,76% e Funções Económicas com apenas 62,54%. Numa conjuntura tão favorável nos últimos 7 anos e com condições nunca vistas para obter programas de financiamento com percentagens muito elevadas de comparticipação, as decisões e escolhas do Executivo ou não foram as mais adequadas ou as suas opções não tiveram a execução e impactos previstos. -----

Quando olhamos para a política de apoio às Associações, verificamos que 9 das 15 associações com apoios permanentes são ligadas às atividades desportivas, que só cresceram e podem praticar as mesmas no edifício construído por aqueles que tiveram a visão para trazer e reter pessoas na cidade quando a desmobilização da atividade ferroviária, militar e económica geradas pelos Governos Centrais e pela bancarrota do PS quase esvaziaram a cidade. -----

Valorizamos, por isso, a correção das contas e, apenas instrumental e materialmente, a obtenção de um saldo positivo.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Realçou o trabalho dos técnicos do Município, os processos de eficiência energética, do Cine-Teatro e do Mercado. Criticou, no entanto, o prazo médio de pagamentos a fornecedores – 59 dias – a redução da dívida e a taxa de derrama.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu **a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara**, que referiu os baixos tarifários dos transportes urbanos e leu a lista das obras executadas e os respetivos valores.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

---- O ponto número dois foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da CDU e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- O deputado **António Ferreira (CDU)** apresentou a seguinte declaração de voto:-----
“A prestação de contas relativa ao ano de 2019, decorre, naturalmente, da actividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Actividades e Orçamento aprovado por

esta mesma maioria, do PS, assente na estratégia e opções política de gestão que definiram, nas prioridades que estabeleceram, num projeto pelo qual só essa mesma maioria pode e deve ser responsabilizada.-----

Um projecto, opções e prioridades com que não concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na altura, as nossas maiores reservas.-----

Naturalmente e em coerência, não podemos estar de acordo com os elementos de prestação de contas hoje aqui aprovados que bem o revelam e comprovam, sendo essa a justificação de princípio para o nosso voto contra.-----

Uma análise detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões que em tempo colocámos, como agrava ainda mais a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, a situação que daí decorre e os seus efeitos no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das pessoas.-----

Basta atentar na taxa de execução das receitas de capital, que se fica nos 51,0% do orçamentado, e que em valores absolutos ficam muito longe dos níveis de execução do início e meados da década, apesar do fim ciclo dos programas comunitários 2020 (ver Pag.92).---

Regista-se assim uma persistente quebra na execução da despesa de capital ao longo dos últimos anos, o que se justifica em parte pela política do governo do PS com a obsessão pelas cativações e a falta de dinamismo do Executivo do Entroncamento.-----

Apesar de alguma, pouca, melhoria as áreas verdes e os jardins continuam degradados não por falta de empenho dos funcionários, mas por falta de investimento em equipamentos e continuam por remodelar muitos espaços, privilegiando-se os investimentos de raiz (taxa de execução de 28,28%, (pag. 92)). Pouco se investe na recuperação dos equipamentos degradados.-----

Continuam por se reporem os subsídios cortados às associações no âmbito do famigerado programa PAEL, em que o PSD preferiu pagar juros e serviço da dívida a opiar as associações. O PS dispôs-se para continuar a acção do PSD.-----

Estes dados, por si só, justificam muitas das reservas que temos manifestado. Estas opções que, pelo menos a médio/longo prazo tem efeitos perversos, muitos deles irreversíveis que só podem prejudicar a qualidade de vida neste território.-----

Os impostos directos, por seu lado, registam boas taxas de cobrança, com excepção do IMI, 92,32%, o IMT por força da melhoria de recuperação económica aumentou, 163,66% quase que igualaram as transferências correntes, em especial o IMI, com seu peso enorme nas receitas.-----

Impostos Directos e receitas transferidas da Administração Central (pag.43) provenientes da distribuição dos principais impostos, fica bem claro para todos a sobrecarga do peso fiscal que recai sobre os munícipes, as famílias, muito penalizadas num quadro de grandes dificuldades mas sem verem a necessária correspondência ao nível das obras e desenvolvimento, seja na saúde, no verde urbano, equipamentos de lazer, no apoio à infância ou aos idosos, entre outros.-----

Este é um caminho que não trilharemos.-----

Isto tudo numa irresponsabilidade futura com a assunção de compromissos com a transferência de competências que irá agravar em muito os encargos financeiro sem as devidas contrapartidas. O PS do Entroncamento e esta câmara não mexeram uma palha para impedir o desastre que aí vem. Nem tudo, no futuro pode ser imputado ao COVID.-----

Contra factos não há argumentos....-----

Quase dois mandatos, dedicados obstinadamente a reduzir a dívida do PSD, e a maldita dívida não há maneira de murchar. Com tanta poupança e a dívida que diminuiu não

desapareceu.-----

Estes são apenas alguns aspectos, entre os muitos outros que colocámos durante a discussão, mas bem suficientes para justificar o nosso voto contra.-----

No âmbito dos protocolos com as freguesias, se fossemos poder tínhamos ido mais longe numa verdadeira descentralização de competências para as freguesias com mais meios financeiros, humanos, autonomia e garantias de estabilidade dos acordos. Fortalecendo desta maneira o poder autárquico mais próximo dos fregueses, assegurando as condições para uma acção de proximidade (pag.88).-----

Este não é seguramente o caminho certo, necessário e que a população do Entroncamento merece, embora sejamos justos: alguma coisa foi feita no saneamento, mercado diário e Cine Teatro. Prioridades por nós defendidas há décadas.-----

Em suma por isso, pesando os prós e contras, o voto contra do eleito da CDU.”-----

--- Também o deputado **Manuel Faria (PSD)** apresentou a seguinte declaração de voto:---

“Em 2019, após 6 anos de uma conjuntura económica favorável:-----

- 1.Continuámos a perder posições nos vários rankings de indicadores críticos sobre a atividade, desenvolvimento, competitividade e qualidade de vida dos municípios.-----
- 2.Perdemos várias posições no Portugal City Brand Ranking.-----
- 3.Fomos um dos municípios que menor taxa de crescimento apresentou ficando a pontos de luz de concelhos vizinhos.-----
- 4.Fomos um dos municípios com menor equilíbrio orçamental, ocupando a 21.ª posição na lista dos 35.-----
- 5.Fomos dos poucos municípios a pagar a mais de 60 dias aos fornecedores.-----
- 6.Fomos dos poucos municípios com taxas de execução da receita e da despesa abaixo da média desatualizada, num registo totalitário e de eucalipto, que tudo seca à sua volta, com prejuízo para a cidade, para os munícipes e para o desenvolvimento dos funcionários.-----
- 7.Em 2019 continuámos presos ao passado e a ouvir dizer que:-----

Quando os funcionários da CME executam um bom trabalho como este Relatório de Contas, dos municípios e longe dos melhores.-----

- 8.Fomos um dos municípios que menos negócios criou no distrito e no país.-----
- 9.Fomos um dos municípios onde o desemprego aumentou.-----
- 9.Tivemos um crescimento da população, sobretudo, de imigrantes que dorme no Entroncamento, mas trabalha noutros concelhos.-----
- 10.Perdemos e continuamos a perder atividade ferroviária como a reparação de material, enviado agora para Espanha ou a movimentação de técnicos superiores e qualificados para Lisboa e Porto.-----
- 11.Continuamos a perder importantes investimentos para outros concelhos e a desperdiçar oportunidades para implantarmos na cidade novos negócios que já são uma necessidade atual e serão verdadeiramente estruturantes no futuro.-----
- 12.Não executámos nenhum projeto estratégico com vista à melhoria das nossas acessibilidades.-----
- 13.Continuámos a gerir e a acompanhar mal várias obras com prejuízos significativos para os munícipes.-----
- 14.Não conseguimos executar importantes intervenções de manutenção corrente ou curativa nos nossos principais equipamentos.-----
- 15.Não conseguimos manter a cidade cuidada e limpa.-----

E por fim,-----

- 16.Continuámos a ter uma gestão centrada no passado, numa visão estreita, unipessoal e a responsabilidade é do Executivo, quando algo corre mal, a culpa é dos funcionários e do

passado. E até tivemos todos que ouvir que os funcionários são os mesmos, o que mudou foi o Executivo.-----

- Quando as nossas associações, os nossos atletas, artistas e outros atingem por mérito próprio reconhecimento pelo seu trabalho, talento e esforço, a responsabilidade é sempre do Executivo que se apressa a discursar começando sempre por falar de si como o grande facilitador de tal feito. Quando há dificuldades, a culpa é do passado.-----
- Quando a criminalidade desce, foi da atuação concomitante do Executivo; quando aumenta, a culpa é do passado.-----
- Quando existe lixo, os parques, jardins e equipamentos estão degradados, a culpa é da falta de civismo das pessoas ou do passado.-----
- Quando ocorrem avarias nos vários equipamentos da cidade, a responsabilidade é do passado.-----
- Só há investimento quando é apresentado pelo PS; só há criação de dívida no passado.-----
- Quando as coisas correm bem, a responsabilidade é da boa governação do Executivo; quando algo corre mal, a culpa é do passado e dos munícipes.-----
- O que é certo é que em 2019 quando as pessoas abriram as portas das suas casas, o que as continuou a mover foi o edificado e o investimento realizado no passado. E nesta fase crítica que vivemos e continuamos a viver continua a ser esse mesmo edificado a suportar o desejo de cá viver e cá ficar confinado. -----

Pelo referido, a nossa abstenção respeita apenas a correção dos números e o trabalho realizado pelos Serviços.”-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

APROVAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL), ao abrigo do artº. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se da aprovação da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP (Revisão Orçamental), justificada pela necessidade de incorporar no Orçamento para 2020 o saldo de gerência do ano anterior. É proposto o aumento do valor global do orçamento em 177.000€.

--- Não tendo havido intervenções, o Presidente da Assembleia colocou de imediato o assunto à votação.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

---- O ponto número três foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção da CDU e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APRECIACÃO E RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO E GOP'S QUE VISOU A CRIAÇÃO DE NOVAS RUBRICAS NO ORÇAMENTO PARA FAZER FACE ÀS MEDIDAS MUNICIPAIS DE COMBATE À PANDEMIA DO COVID-19, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo que se trata de ratificar a deliberação da Câmara Municipal, aprovando a Alteração n.º 3 ao Orçamento da Despesa e GOP's para o ano económico de 2020, a qual tem como finalidade dar resposta à pandemia da COVID-19, criando para o efeito um novo projeto nas Atividades Mais Relevantes (AMR) desagregado por várias rubricas. A criação de novas rubricas orçamentais e ou novas ações, por via de uma alteração orçamental, face às medidas excecionais e temporárias

relativas à situação epidemiológica, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, ratificado pela Lei 1-A/2020, não implica um aumento do valor global da despesa, sendo que o reforço será feito por via de anulação de projetos como as Festas da Cidade, Dia Municipal do Idoso, Manifestações Culturais, entre outros.-----

--- Apenas interveio neste assunto o deputado **Carlos Matias (BE)** que declarou o seguinte:-
“Avaliamos positivamente e, sempre que se tratar de deliberar (como é o caso) em princípio votaremos favoravelmente propostas que viabilizem apoios acrescidos aos municípios e às micro e pequenas empresas do concelho, muito atingidas pela crise económica decorrente da crise sanitária do COVID-19.-----

Posto isto, virá a propósito termos em conta que parte significativa das receitas municipais para este ano irá ser negativamente afetada pela crise económica. Previsivelmente, o nível de cobrança de IMT, da derrama e da percentagem de participação no IRS irá cair muito este ano.-----

Nestas circunstâncias, o equilíbrio orçamental do município, nunca poderá vir a ser assegurado à custa das rubricas de apoio social que, não só não poderão ser “cativadas” (de facto), como provavelmente ainda terão de aumentar mais.-----

Se necessário --- e é quase certo que vai ser necessário -- o Estado terá de assegurar transferências adicionais de verbas para os municípios, ainda que venham a ser necessários novos Orçamentos Suplementares, além do que neste momento está para debate e votação na Assembleia da República.-----

Julgo que esta posição de princípio deveria, inclusivamente, ser defendida pelo Entroncamento, no quadro da ANMP. E, sem querer interferir em órgãos autárquicos autónomos, em minha opinião, seria bom que as freguesias tomassem idêntica posição, nas instâncias a que acedem.-----

Neste ponto concreto, votaremos, portanto a favor.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2020/2021, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, informando que se trata de conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual do Fornecimento de Refeições Escolares para o Ano Letivo de 2020/2021, procedimento ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; procedimento tem repercussões em mais de um ano económico, prevendo-se que o seu valor não ascenda 206.346,00€ + IVA à taxa legal em vigor, equivalente ao fornecimento de 137.564 refeições: - Ano Civil 2020 – 77.452,50€ + IVA à taxa legal em vigor; - Ano Civil 2021 – 128.893,50€ + IVA à taxa legal em vigor, despesa plurianual não enquadrável na Autorização Prévia aprovada pela Assembleia Municipal para 2020. -----

--- Não tendo havido intervenções, o Presidente da Assembleia colocou de imediato o assunto à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO-----

--- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO RELATIVA AOS ATOS PRATICADOS PELO EXECUTIVO AO ABRIGO DA LEI 6/2020 DE 10 DE ABRIL (REGIME EXCECIONAL COM VISTA A PROMOVER A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19) nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 7-B da Lei 6/2020 de 10 de abril, alterada e republicada pela Lei 12/2020 de 7 de maio.-----

---O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que se trata da informação prestada pela Câmara Municipal dos atos praticados pelo executivo desde março de 2020, com vista a promover a capacidade de resposta no âmbito da pandemia Covid-19.-----

--- Sobre este Ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Susana Vieira (PSD)**: “A propósito deste Ponto, cumpre-me dizer o seguinte:-----
Os membros eleitos pela bancada do PSD saíram à rua, porque não basta falar é preciso ouvir e saber ouvir. E os membros desta bancada ouviram várias entidades da cidade (empresários, comerciantes, proprietários de cafés e restaurantes, munícipes, associações e outros) e reforçaram ainda mais a convicção de que a cidade vive, mais do que nunca, um momento económico muito crítico.-----

Assim, foi com o intuito de dar resposta às necessidades das empresas, empresários em nome individual, instituições e famílias, que o PSD apresentou um Plano com 4 eixos de intervenção e 27 medidas, excecionais e temporárias para apoiar, dar uma resposta mais eficaz e em tempo útil, às necessidades de recuperação e desenvolvimento social e económico da nossa cidade.-----

A diferença entre o PSD e o executivo PS é que nós ouvimos todas estas entidades antes de elaborar o plano com as medidas de apoio social e económico de resposta à epidemia de Covid-19, enquanto o PS corre atrás do prejuízo e foi falar com as pessoas, por exemplo, proprietários de alguns cafés, já depois do PSD ter apresentado ao Executivo e publicamente o seu Plano.-----

Lamentavelmente, e quando digo lamentavelmente, lamento pelo concelho do Entroncamento e por todos aqueles que iriam efetivamente beneficiar destas medidas de apoio extraordinário, apenas 1 das 27 medidas foi aprovada e por isso hoje temos um cenário pior que há um mês atrás com as empresas e empresários a não conseguirem recuperar, o comércio local a vislumbrar o seu encerramento, outros a saírem da cidade para outros concelhos, o desemprego a subir e a situação económica e social a degradar-se de forma mais acelerada do que noutros concelhos.-----

O Executivo também anunciou, em 22 de março de 2020, o reforço das verbas para o apoio social de emergência em cerca de 200 mil euros, verba esta proveniente do cancelamento das Festas da cidade e das atividades culturais e desportivas previstas até 30 de junho.-----

Ora, dos números publicados, constata-se que o executivo até ao momento apenas utilizou €47.609,00, a questão que coloco à Sra. Vice-Presidente é quando e como irá aplicar o remanescente desta verba?”-----

--- **Fernando Maurício (PS)**: Fez uma análise sobre a pandemia Covid-19, o impacto que está a ter nas pessoas e na economia e referiu as medidas que a Autarquia tem vindo a tomar para minimizar o problema.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: Apelou à defesa da cidade, independentemente dos partidos. Referiu-se ao impacto que esta pandemia está a ter na população, no comércio e serviços locais.-----

--- **António Ferreira (CDU)**: Referiu-se também a esta questão, abordando ainda o impacto que a pandemia está a ter na cultura.-----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: Criticou a “falta de vergonha” do PSD quanto às propostas que apresentou para combater a pandemia, nomeadamente em relação às esplanadas e outros aspetos. Realçou todas as medidas atempadamente tomadas pelo Partido Socialista, que têm permitido ajudar as pessoas e a economia local.-----

--- **Fernanda Alves (PS)**: Interveio para criticar a falta de cidadania que se verifica um pouco por todo o concelho, agravada pela atual pandemia, da qual é exemplo o lixo que as pessoas deitam para o chão. Lembrou os senhores deputados que é também uma das suas funções enquanto representantes municipais advertir os cidadãos para estes maus comportamentos e exercer sempre que possível uma ação pedagógica no sentido de preservar os espaços que são de todos.-----

--- **Manuel Faria (PSD)**: “Saúdamos e reconhecemos a intervenção do Sr. Deputado Fernando Maurício.-----

Consideramos lamentável a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Antunes que enquanto Adjunto do Executivo usa indevidamente esta Assembleia para defender o indefensável.---
Com efeito, sem COVID-19:-----

1. Perdemos em 2019 várias posições no Portugal City Brand Ranking.-----
2. Fomos um dos municípios que menor taxa de crescimento apresentou ficando a pontos de luz de concelhos vizinhos.-----
3. Fomos um dos municípios com menor equilíbrio orçamental, ocupando a perigosa 21.^a posição na lista dos 35.-----
4. Fomos dos poucos municípios a pagar a mais de 60 dias aos fornecedores.-----
5. Fomos um dos municípios que menos negócios criou no distrito.-----
6. Fomos um dos municípios onde o desemprego aumentou.-----
7. Tivemos um crescimento da população, sobretudo, de imigrantes que dorme no Entroncamento, mas trabalha noutros concelhos.-----
8. Perdemos e continuamos a perder atividade ferroviária como a reparação de material, enviado agora para Espanha ou a deslocação de técnicos superiores e altamente qualificados para Lisboa e Porto.-----
9. Não conseguimos executar importantes intervenções de manutenção corrente ou curativa nos nossos principais equipamentos.-----
10. Não conseguimos manter a cidade cuidada e limpa.-----
11. O Executivo e o PS continuaram agarrados ao passado.-----

Assim, foi partindo da gravidade deste vírus e da situação vulnerável da cidade que ouvimos de forma antecipada e adequada os munícipes e os principais agentes do nosso Concelho, e elaborámos um plano de intervenção imediata com 4 importantes eixos de intervenção e 27 medidas necessárias e urgentes. A atuação demorada e insuficiente do Executivo, reconhecida por todos, justifica e reforça ainda mais o trabalho realizado e a disponibilidade sempre demonstrada pelos eleitos do PSD para lutar pela nossa cidade.

--- A Sra. Vice-Presidente da Câmara lamentou a situação que todos estamos a viver em termos de pandemia e sublinhou a incerteza dos próximos tempos.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

PONTO NÚMERO SETE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MÉDIO TEJO, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando tratar-se da celebração com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo de um contrato interadministrativo de transporte de passageiros do Médio Tejo, aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal.-----

--- Não tendo havido intervenções, o Presidente da Assembleia colocou de imediato o assunto à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE-----

----- O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

PEDIDO DA RESITEJO À AT DE EMISSÃO DE INFORMAÇÃO VINCULATIVA – ARMAZENAMENTO DE GRANDES QUANTIDADES DE RESÍDUOS EM DIFERENTES ZONAS DAS INSTALAÇÕES-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que o mesmo se refere ao armazenamento de grandes quantidades de resíduos em diferentes zonas das instalações da Resitejo, tendo solicitado à senhora Vice-Presidente o esclarecimento pormenorizado do processo em apreciação.-----

--- A Sra. Vice-Presidente da Câmara esclareceu que este assunto está relacionado com a transição da Resitejo para a RSTJ, cujo processo explicou.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando era uma hora e vinte minutos do dia 27 de junho de 2020.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: